

Recessão terá paliativo

● Governo estuda medidas para evitar dano maior a empresas

O governo não abre mão das metas que apresentou ao Fundo Monetário Internacional, onde se prevê que a economia brasileira não vai crescer em 1992. Mas, já começa a examinar providências destinadas a diminuir os efeitos da recessão. O secretário-executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, revelou ontem, no Rio, a existência de estudos em relação a medidas que ele classificou de *anticíclicas*, e que incluem a liberação de créditos para incentivar a produção em segmentos industriais que ainda não foram escolhidos.

“Possivelmente em janeiro, esse conjunto de medidas já começa a ser desenvolvido”, adiantou Gonçalves. A maior parte dos recursos saíria do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, que a partir de 1988 substituiu o Pis/Pasep. No Congresso, estão tramitando dois projetos de lei, um prevendo a utilização de parcelas do FAT para crédito rural e outro destinando parte dos recursos à Previdência. A idéia é fundir esses projetos e formar um *funding* administrado pelo Banco do Brasil.

Números — Apenas em dezembro, a arrecadação do FAT está prevista para Cr\$ 250 bilhões. Mas, os recursos a serem alocados nas medi-

das anti-recessão só podem tirar 60% do FAT. É que os outros 40% estão destinados, por força da Constituição, ao BNDES, que de janeiro a novembro deste ano recebeu Cr\$ 550 bilhões do Fundo, referentes a 1991, e mais Cr\$ 68 bilhões relativos ao ano passado. O que não é repassado para o BNDES — e utilizado no financiamento de projetos das empresas — vai para o seguro desemprego. Então, em dezembro, dos Cr\$ 250 bilhões, só poderiam ser mobilizados Cr\$ 150 bilhões.

“Estamos estudando a utilização de parcelas de recursos do seguro desemprego de modo a estimular a atividade produtiva e inibir processos que sejam extremamente danosos no sentido de que a dívida social seja cada vez mais ampliada, se nós não tomarmos nenhuma atitude nesse sentido”, disse o secretário-executivo, fazendo referência ao desemprego.

Exportações — Outra medida *anticíclica* prevê o apoio às exportações. Luiz Antônio Gonçalves anunciou que o governo resolveu as pendências de regulamentação do Programa de Apoio às Exportações, o Proex, e que a partir de agora já se pode contar com estímulo ao setor

financeiro para aportar recursos em operações de exportação. Além disso, o governo prevê aproveitar-se de momentos de menor demanda por crédito rural para redistribuir esses recursos, inclusive para a exportação.

Mas a idéia de alocar recursos do FAT em um fundo administrado pelo Banco do Brasil, para financiar a produção, não foi bem recebida pelo presidente do BNDES, Eduardo Modiano, que tomou conhecimento dela apenas minutos depois das informações de Luiz Antônio Gonçalves à imprensa. “Acho que esse papel é do BNDES”, reagiu Modiano, lembrando a garantia que a Constituição dá ao Banco de receber pelo menos 40% dos recursos do Fundo.

Luiz Antônio Gonçalves foi empossado, ontem, como presidente do Conselho de Administração do BNDES, tendo como vice o próprio presidente do banco, Eduardo Modiano. Como conselheiros, foram empossados os empresários Félix de Bulhões (presidente da White Martins) e Benjamin Steinbruch (do grupo Vicunha) e os economistas João Paulo dos Reis Velloso (ministro do Planejamento no governo Geisel) e Dionísio Dias Carneiro (professor da PUC-RJ).